



Ofício Andifes nº 201/2023

Brasília, 18 de setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre Padilha,

Cumprimentando-o, em consonância com o chamamento que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva fez, em janeiro deste ano, para os reitores e reitoras das universidades, dos institutos federais (Ifets) e dos centros federais de educação tecnológica (Cefets), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, que representa todas as universidades federais brasileiras, dois Ifets e dois Cefets, vem apresentar dados relevantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em particular das universidades federais brasileiras, e as necessidades orçamentárias de curto, médio e longo prazos para continuarmos contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país e melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, com excelência e compromisso social.

Para fins de comparação histórica, no último ano do segundo mandato do Presidente Lula, em 2010, de acordo com o censo da educação superior (INEP/MEC), havia 849.679 estudantes de graduação matriculados nas universidades federais. Em 2021, último ano com dados disponíveis, também de acordo com o INEP, esse número estava em 1.128.950 matrículas, o que representa acréscimo de 33% no número de matrículas na graduação nas universidades federais no período, mesmo após as graves consequências da pandemia de covid-19 e as adversidades por que passaram as universidades federais nos últimos anos.

Além do aumento do número de estudantes, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, iniciativa do segundo governo do Presidente Lula, a inclusão de estudantes socioeconomicamente vulneráveis e de diferentes origens da sociedade brasileira tem contribuído decisivamente para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, a maior diversidade das nossas comunidades e a redução das assimetrias regionais, com grande êxito. Em muitos locais, as IFES são a única opção dos jovens brasileiros para cursar o ensino superior.

Segundo pesquisa realizada pela Andifes em 2018, 70,2% dos estudantes de graduação das universidades federais têm renda per capita abaixo de um salário mínimo e meio. Além disso, 51,2% dos estudantes da graduação são negros. Quanto à origem escolar, 64,7% dos estudantes cursaram o Ensino Médio integralmente ou na maior parte do tempo em escolas públicas.

Em termos de pós-graduação, segundo dados da última avaliação quadrienal da Capes (2017-2020), as universidades federais ofertam mais de 2.400 programas de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, com mais de 211 mil matrículas e cerca de 50 mil concluintes por ano. Em 2011, o número de matrículas era de aproximadamente 157 mil, o que representou aumento de 34% no período.

Quanto à qualidade das universidades federais, 87% das universidades que tiveram nota máxima (5) no último Índice Geral de Cursos (IGC), do INEP/MEC, são federais.

Na pós-graduação, 80% das instituições com maior percentual de programas com notas 5, 6 e 7 na última avaliação quadrienal da CAPES/MEC, em escala que vai e 1 a 7, são universidades federais.

Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre Rocha Santos Padilha
Ministério da Secretaria de Relações Institucionais



As universidades federais ocupam também os primeiros lugares no Brasil e na América Latina nos principais rankings internacionais, como pode-se comprovar pelos dados do *Times Higher Education* (THE), incluindo THE Impact e THE Latin America, QS e os de Xangai ou *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), a despeito da instabilidade do financiamento da educação superior, da ciência e da tecnologia no país.

As nossas instituições, no âmbito de sua missão constitucional de realizar ensino, pesquisa e extensão, também servem à população brasileira nas mais diversas áreas, incluindo hospitais, museus, teatros, cinemas, parques científicos e tecnológicos, agências de inovação, incubadoras de empresas, escritórios de assistência jurídica e serviços de atenção à saúde mental.

Entretanto, as IFES têm enfrentado inúmeros desafios. Nos anos recentes, sofreram com os cortes orçamentários, com a pandemia e com situações adversas de diferentes tipos, como seguidos ataques do governo anterior, e que têm exigido unidade das nossas comunidades e atuação permanente da Andifes para a sua superação.

No que diz respeito à evolução do orçamento das universidades federais, o orçamento discricionário no ano de 2010 das universidades federais, na Fonte do Tesouro, último ano do segundo governo do presidente Lula, foi de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, que, atualizados pelo IPCA, equivale a cerca de R\$ 8,5 bilhões. Corrigindo-se este valor pelo mesmo percentual do aumento do número de matrículas de graduação nas universidades federais no período 2010-2022, 33%, o montante equivaleria a R\$ 11,3 bilhões.

Ainda a título de comparação, em 2015, no segundo governo da Presidente Dilma Roussef, quando houve o maior valor de orçamento das universidades federais da série histórica, o total do orçamento discricionário das universidades federais, na Fonte do Tesouro, em valores nominais, foi de cerca de R\$ 8,0 bilhões, o que equivale a aproximadamente R\$ 12,8 bilhões em valores atualizados pelo IPCA, sem considerar a necessária correção orçamentária para acompanhar o aumento de matrículas na graduação e na pós-graduação.

Em 19 de abril deste ano, em evento no Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a recomposição dos orçamentos das universidades e institutos federais, na ordem de R\$ 2,44 bilhões, dos quais R\$ 1,75 bilhão seria destinado às universidades federais. Entretanto, do valor distribuído para a recomposição do orçamento das universidades, R\$ 193 milhões não foram distribuídos para as universidades federais, o que está impactando mais ainda o seu funcionamento.

O aumento concedido este ano pelo MEC e MCTI para diferentes tipos de bolsas, que consideramos muito importante e necessário, impactou fortemente o orçamento das universidades federais, já insuficiente para a sua manutenção. Além disso, a maioria das universidades não teve condições para conceder aumento equivalente ao dado pelo MEC e MCTI para os diferentes tipos de bolsas e nem para a assistência estudantil, resultando em crises e insatisfações internas.

A inclusão das universidades federais no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), certamente, é motivo de comemoração e será importante para o início da reconstrução das políticas voltadas à educação superior e retomada de obras inacabadas, apesar de desequilibrado em relação a outras áreas também importantes, como o eixo defesa, que receberá mais de 10 vezes mais recursos que as universidades. Além disso, os recursos de investimento necessários ao funcionamento anual das universidades vão muito além de obras, sendo necessário, por exemplo, recursos de investimento também para aquisição de equipamentos, material bibliográfico e mobiliário.

Cumpra ainda registrar que o referencial orçamentário para o PLOA 2024 das universidades federais foi de R\$ 6.022.511.454, correspondente a -0,77% do valor do orçamento recebido neste ano, que



foi de R\$ 6.069.336.683 após a suplementação resultante da PEC da Transição. Desconsiderando a redução orçamentária por que passamos nos últimos 6 anos, esses valores representam o retorno, em valores nominais, a montante próximo ao orçamento de 2012. Esse fato agrava ainda mais a nossa realidade de extrema escassez orçamentária, pois os contratos de manutenção e as despesas institucionais, incluindo as com restaurantes universitários, têm apresentado índices de correção superiores aos da inflação.

Com base no acima exposto, após detalhado estudo das nossas áreas técnicas e tendo consciência da situação econômica desafiadora por que passa o Brasil, mas com a convicção da importância da educação superior pública para o nosso país, vimos, respeitosa e responsavelmente, pedir apoio ao Senhor Ministro para as seguintes demandas relacionadas ao orçamento das universidades federais:

1. Repasse, em 2023 para as universidades federais dos R\$ 193 milhões do valor da recomposição orçamentária aprovado na PEC da Transição, os quais estavam destinados especificamente para as universidades federais e não foram repassados pelo MEC. Some-se a isso a necessidade de suplementação orçamentária para fazer face ao aumento nos valores de bolsas e auxílios nos mesmos percentuais recentemente implementados pelo MEC e CNPq;
2. Recomposição do orçamento destinado ao funcionamento das universidades federais em 2024 para valores equivalentes ao do orçamento das universidades federais no último ano do segundo governo Lula, em 2010, corrigidos pelo IPCA, isto é, R\$ 8,5 bilhões, sem contabilizar os recursos provenientes do novo PAC. Para isso, há necessidade de ampliação de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões no montante total de recursos discricionários na Fonte do Tesouro do PLOA 2024 para as universidades federais. Ressalta-se que este montante sequer contabiliza o aumento de aproximadamente 33% no número de matrículas nos cursos de graduação e de 34% nas matrículas de mestrado e doutorado no período 2010 – 2021 e equivale a cerca de 67% do valor da LOA 2015 das universidades federais, atualizado monetariamente.
3. Estabelecimento de grupo de trabalho formado, entre outros atores que o Governo Federal julgar necessário, pela Casa Civil, MEC, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e ANDIFES para juntos planejarmos o necessário financiamento das nossas instituições até 2026.

Saudamos, mais uma vez, a determinação do Governo Federal para que o Brasil retome as principais políticas públicas voltadas para todas e todos brasileiros. Há ainda muito a avançar nas áreas de educação, ciência e tecnologia no Brasil para chegarmos, neste primeiro momento, pelo menos ao patamar deixado pelo governo do Presidente Lula em 2010 e para ultrapassarmos os enormes desafios econômicos e sociais do nosso país.

Nossas instituições estão à disposição para contribuir decisivamente para construirmos juntos o futuro que o povo brasileiro merece e precisa.

Respeitosamente,


Reitora Márcia Abrahão Moura
Presidente da Andifes

Reitor José Daniel Diniz Melo (UFRN) - vice-presidente
Reitora Lucia Campos Pellanda (UFCSPA) - vice-presidente
Reitor Sylvio Mário Puga Ferreira (UFAM) - vice-presidente
Reitor Valder Steffen Júnior (UFU) - vice-presidente